

Do Deus distante para o Deus amor: o desenvolvimento da idéia sobre Deus na Bíblia

João Luiz Correia Júnior¹

Resumo

O presente texto procura mostrar, de modo sucinto, o desenvolvimento da idéia sobre Deus na cultura judaico-cristã.

O conceito sobre Deus é um aprendizado permanente da humanidade ao longo dos séculos, dentro do contexto cultural de cada povo e no contato entre as diversas culturas.

Por meio da BÍBLIA, percebemos que o povo de Israel também foi aprendendo sobre Deus ao longo da história, no desenrolar dos conflitos, das crises, das vitórias e alegrias do cotidiano. Jesus de Nazaré nutre-se da experiência religiosa do seu povo (o povo de Israel) e, a partir de tal cultura milenar, deixa marcada a sua contribuição teológica.

Procuraremos trabalhar este tema em dois momentos distintos e interligados: do Deus da Antiga Aliança (o Deus do Povo de Israel) ao Deus da Nova Aliança (o Deus de Jesus de Nazaré, o Cristo).

Palavras-chave: monoteísmo, Bíblia, Deus e amor.

INTRODUÇÃO

Deus é eterno e perfeito, mas o conceito sobre Deus é um aprendizado permanente de cada indivíduo ao longo da vida, na sua cultura; é também um aprendizado de toda a humanidade ao longo dos séculos, no contato entre as diversas culturas.

Por meio da BÍBLIA, percebemos que o povo de Israel também foi aprendendo sobre Deus ao longo da história, no desenrolar dos conflitos, das crises, das vitórias e alegrias do cotidiano. Jesus de Nazaré nutre-se da experiência religiosa do seu povo (o povo de Israel) e, a partir de tal cultura milenar, deixa marcada a sua contribuição teológica.

É o que procuraremos mostrar em dois momentos distintos: o Deus da Antiga Aliança (isto é, o Deus do Antigo Testamento); o Deus da Nova Aliança (o Deus de Jesus Cristo).

D) O DEUS DA ANTIGA ALIANÇA

Ao refletir sobre o Deus presente no Antigo Testamento, faremos uma síntese do “caminho” teológico percorrido pelo povo de Israel.² Aí, podemos perceber quatro momentos distintos e profundamente interligados que demonstram um desencadeamento evolutivo na descoberta de Deus.

1.O DEUS MISTERIOSO, INEXPLICÁVEL, TERRÍVEL

Uma primeira etapa da descoberta de Deus reflete-se na obra Javista e Eloísta (os textos mais antigos em que Deus é tratado pelo nome de Javé ou Elohim). Estamos no período da formação de Israel (séc. XIII – X a.C.). Percebemos aqui alguns elementos importantes da idéia sobre Deus e dos procedimentos que se devia ter para com Ele.

Primeiro, Deus se encontra no inexplicável e no terrível, conforme encontramos na manifestação de Deus (teofania) da sarça ardente (Ex 3, 1ss): Javé aparece envolto num mistério inexplicável (um arbusto que queima e não se consume – “sarça ardente”). Mas, na hora em que Moisés se aproxima para descobrir o mistério dessa sarça, ignorando que esse mistério tem um segundo caráter, que é o terrível, Deus faz a advertência: “Não te aproximes, descalça as sandálias”. Tal atitude indica o reconhecimento da pequenez do ser humano em face do terrível, do inexplicável.

Segundo, na proclamação do Decálogo (Ex 20, 18-20), o povo compreendeu exatamente a atitude religiosa fundamental da época: diante do mistério não deve aproximar-se do sagrado. Daí resulta que, para acercar-se de Deus, seja necessário uma pessoa intermediária. Esse aproximar-se de Deus exige condições específicas, expressas no preceito de Javé de que a pessoa intermediária se santifique,

isto é, que se prepare para se aproximar do santo e que se torne, dessa maneira, “sagrada” (=separada para um serviço especial). Essa santificação não consiste em nada diretamente moral, mas numa purificação ritual.

Terceiro, não somente as pessoas mas também os animais e as coisas são considerados impuros. Assim, temos, em Ex 30, 25ss, as prescrições que Javé dá, por intermédio de Moisés, para preparo de sua unção (óleo perfumado e sagrado). Por essa unção, ficam consagrados a Javé como “sacerdotes” todos e tudo que for ungido. O sagrado é, desse modo, o reservado: o que Deus reservou para si, o que é próprio do divino. Usar profanamente algo sagrado é sacrilégio; isso pode redundar em morte.

2. O DEUS DA ALIANÇA

Reflete-se, principalmente, nos primeiros grupos de Profetas e no Deuteronômio. Estamos no período da Monarquia (séc. X – V a.C.): Deus continua sendo Terrível, mas aparece com muita força a concepção do *DEUS DE ISRAEL*. Vejamos alguns elementos importantes dessa teologia.

Primeiro, Iahweh (Javé) é concebido como o “Deus de nossos pais” (cf. Dt 26, 5-9). Ele é o Deus que o povo de Israel escolheu entre tantos outros que poderiam adorar. É o primeiro passo para o MONOTEÍSMO, mas ainda estamos no período da MONOLATRIA. Adora-se um só Deus, mas não se tem a convicção de que os outros deuses não têm poder e, muito menos, que não existem. Assim, pois, Javé aparece como o Deus de Israel, assim como cada povo tem o seu Deus: “Os povos marcham cada um em nome de seus deuses respectivos, mas nós marchamos sempre em nome de Javé, nosso Deus” (Mq 4, 5).

Segundo, Iahweh é um Deus que se faz próximo. Enquanto o Deus da primeira etapa guarda distância de tudo o que é humano e do mundo (o ser humano só pode se aproximar de Deus por meio do rito e de pessoas e coisas sagradas), nesta etapa encontramos a idéia de um Deus que se aproxima

da existência do ser humano.

Terceiro, Iahweh é um Deus que faz ALIANÇA: relação tão íntima, que a Bíblia a expressa, metaforicamente, em termos de uma relação conjugal. Israel é a esposa de Javé e Javé é o esposo de Israel. Tal relação tem por base a dimensão da FIDELIDADE (cf. Os 2, 14ss).

Em Amós 5, 21 (cf. Is 1, 9-17), encontramos claramente a condenação de uma religião meramente ritual, como era a da primeira etapa. Tal condenação se dá, porque essa religião não chega a formar no homem uma atitude que brota do coração, tal como é a FIDELIDADE. Despreza-se todo o ritual que não chegue ao coração do ser humano.

Em Is 1, 9-17, chega-se a desprezar um ritualismo sem alma e sem justiça. Israel, que pratica esses sacrifícios religiosos, essas adorações rituais, tem as mãos cheias de violência, de crimes: não protege os desvalidos, o pobre, os órfãos, a viúva. E isso é o que Deus quer em primeiro lugar. Sem tal prática fundada na moral e na justiça, Iahweh detesta tudo mais.

O compromisso ético como fundamento da prática religiosa é próprio desta etapa e é concebido como uma ALIANÇA. É dentro dessa perspectiva que o Pentateuco apresenta o Decálogo.

Em Dt 5,1ss, antes de promulgar os Mandamentos, Deus faz recordar – em primeiro lugar - que Ele é um Deus Fiel: “Eu sou Javé teu Deus que te tirou da terra do Egito, da casa da servidão”. Em segundo lugar, ele explicita que essa Aliança exige também fidelidade da parte do povo: “Não terás outros deuses senão a mim”.

Em Dt 6,1-3, ao terminar de promulgar os Mandamentos, Deus deixa claro que, se Israel cumprir com a parte que deve a Deus nessa Aliança, Deus cumprirá com a sua, fazendo com que Israel viva muitos anos.



Em Dt 7, 1-13, encontramos exatamente em que consiste a Aliança: “Por teres escutado esses decretos e os teres guardado e cumprido, Javé teu Deus guardará o pacto e a benevolência que jurou a teus pais. Ele te amará, abençoará, multiplicará, ele abençoará o fruto de teu seio e o fruto de teu solo, teu vinho, teu trigo, teu óleo...”

A Aliança supõe, portanto, uma única via de mão dupla: Israel se ocupa com a moral, com uma vida reta aos olhos de Deus; Iahweh se ocupa com história, com as bênçãos para que tudo dê certo. Isso está bem presente nos oráculos dos profetas e profetisas. Assim, percebemos que o verdadeiro pacto com Deus, nesta etapa da religião de Israel, consiste em observar os Mandamentos, deixando a Deus, à sua Providência, a disposição dos acontecimentos históricos (na vida pessoal e comunitária).

3. O DEUS TRANSCENDENTE E CRIADOR
Reflete-se na Literatura Sacerdotal. Estamos no período do Exílio na Babilônia e no período Pós-Exílico (séc. V – IV a.C.). Sua intuição teológica está centrada na idéia de *DEUS CRIADOR DO CÉU E DA TERRA* (Gn 1, 1-2, 4a).

Em Is 40, o Livro da Consolação dedicado aos judeus cativos da Babilônia, encontramos a afirmação de que Deus é quem vai resgatar Israel. Esse é o mesmo Deus que é tão Deus na Babilônia como em Jerusalém e diante do qual os outros deuses não são absolutamente nada (cf. Is 40, 12-17). Configura-se, assim, a idéia da TRANSCENDÊNCIA DE DEUS, na qual todos os povos são diante dEle como nada; são como gota d’água no balde, como grão de pó na balança, incapazes de se opor à vontade daquele que os fez.

Além desse Deus Transcendente não existe outro Deus. Ele é único. Os deuses dos outros povos não são nem ao menos deuses menores: quem os adora adora estritamente o nada. Nessa perspectiva, IDOLATRIA é justamente a adoração de uma imagem, além da qual não há absolutamente nada. Sai fortalecida a concepção do MONOTEÍSMO (Iahweh é o único Deus).

Em Is 40, 3, lemos: “Então a glória de Iahweh se revelará e a verá toda carne”. A expressão “toda carne” é uma metáfora do conceito de “criatura”. Dessa forma, toda criatura verá *aquela que é* Criador. Diante de “toda carne”, Javé mostra sua transcendência, isto é, mostra-se muito além de toda exigência, de toda resistência da criatura.

Deus não exige mais só alguns atos determinados (como, por exemplo, cultos rituais, tão próprios da primeira etapa da descoberta de Deus); não se dirige apenas a um povo determinado (como na segunda etapa, ao povo de Israel). Ele se dirige a “toda carne”, a toda *criatura*. A criatura, ao submeter-se ao seu criador, cumpre o desígnio de ver a glória de Deus (Is 40, 5-6). Do contrário, perde o sentido de sua existência e para nada serve, senão para ser exterminada (Is 66, 23).

A relação de “*toda carne*” com Iahweh, encontrá-la-emos sobretudo nos livros sapienciais. Alguns elementos importantes:

1. em relação a Javé, a carne terá “sede” e, ao mesmo tempo, “terror” de Iahweh.

“Sede” porque sua contingência a obriga a notar que precisa de Deus em tudo. Essa é a “sede” de que trata o Salmo 63, 2 e o 65, 3. “Terror” (temor e tremor) porque Deus é o transcendente. Nessa época, não se ousa sequer pronunciar o nome próprio de Deus (*Iahweh*, Javé), substituindo-o pelo termo *Adonai* (Senhor). Tal temor da criatura diante de Deus recoloca a função do intermediário (sacerdote) e do templo (santuário);

2. a nova idéia da Aliança diante o Deus Criador, Transcendente e Universal.

Na nova conjuntura (em que os judeus submetidos a outras nações perderam os sonhos de grandeza histórica e de domínio guerreiro que tinham antes), a religião passa a ser sobretudo uma postura baseada na verdadeira Sapiência, uma postura sábia diante das contingências da vida. A noção da Aliança da etapa anterior vai continuar manifestando-se sob a forma de uma Aliança entre o ser

humano e a Santidade, a Justiça e a Sabedoria de Deus, na busca de sentido para a sua vida pessoal. O salmista afirma (Sl 37, 25): “Fui moço e já estou velho, e jamais vi abandonado o justo nem a sua descendência mendigar o pão”; “E os homens dirão: Sim, há recompensa para o justo sim, há um Deus que faz justiça na terra” (Sl 58, 12ss);

3. é preciso reconhecer a absoluta TRANSCENDÊNCIA de Deus.

Contudo, ao observar atentamente a realidade existencial, o povo judeu foi percebendo que não se pode dizer que o justo é favorecido em todos os seus empreendimentos nem se pode afirmar que jamais se viu o justo maltratado nem sua prole mendigando o pão. Tal percepção aparece cada vez mais na literatura sapiencial (cf. Sl 44, 14-23). Chega-se a afirmar: “Então foi em vão que conservei o coração puro... Pois tenho sofrido muito e sido castigado cada dia... Reflito, para compreender esse problema, mui penosa me parece esta tarefa” (Sl 73, 13-16). É preciso reconhecer a absoluta transcendência de Deus e o quanto Deus está acima de todas as atitudes humanas morais que possam atrair as bênçãos de Deus;

4. Deus tarda, mas não falta.

A concepção da Aliança, vinda da etapa anterior, tem que ser revista e posta em relação com a descoberta da TRANSCENDÊNCIA de Deus, que governa a história independente de qualquer ação ou pretensão humana. No Sl 44, 24-25.27, as dúvidas se manifestam claramente: “Acordai, porque dormis, Javé! Por que ocultais a vossa face? Esqueceis nossa miséria e opressão?...” Temos aqui a reconstituição lógica da Aliança pela aceitação de um prazo. Chega um momento em que restaura a ordem e se lembra da honra do seu Nome (Sl 73, 17-20);

5. contudo, DEUS É INSONDÁVEL.

Por fim, Israel compreende que Deus está acima de tudo e tem sobre as coisas e os seres humanos designios insondáveis. Só o Criador conhece o que

o ser humano não pode compreender nem alterar, qualquer que seja sua conduta. Tal é a concepção do Eclesiástico, do Livro de Jó e dos Salmos: reconhecem que a justiça nem sempre chega durante a existência do ser humano.

O livro de Jó, de modo especial, chega à solução dessa etapa. Todos os capítulos do livro procuram responder a questão proposta a Jó: “Por que sofro tanto se durante toda a minha vida agi retamente, procurei ser justo?”

No final do livro, o próprio Deus responde: “Como podes tu compreender minha justiça e minha providência, tu que não podes fazer o que eu fiz, quer dizer, criar os céus e a terra? Sou eu o Criador. Minha providência e minha justiça são tão misteriosas como o poder que eu tenho de criar as coisas de tal maneira que nada possa resistir a mim” (Jó 38,1ss). Jó, então, reconhece que invadiu um terreno do qual nada sabe e tem de deixá-lo Àquele que é seu Criador, seu Deus Transcendente. A Transcendência de Deus faz com que sua Providência assim como sua justiça sejam um mistério;

4. O DEUS JUSTO JUIZ

Reflete-se na Literatura Sapiencial, sobretudo no Livro da Sabedoria (escrito em grego). Esse livro alia o desenvolvimento da religiosidade de Israel com muitas idéias aceitáveis provenientes da cultura e filosofia helênicas. Estamos na época em que se configura definitivamente o Judaísmo de Israel (séc. III-II a.C.).

Sua intuição teológica está centrada na idéia de que Deus é Criador, sim, mas *criador do que é bom*. Em Sb 1, 13-14, lê-se o seguinte: “Deus não fez a morte nem se alegra com a ruína dos vivos. Criou tudo para que tudo subsista; as criaturas do mundo são salutareas, nelas não há mortífero veneno, nem domínio da morte na terra...”.

O mal é consequência das más ações do ser humano, que, usando mal as coisas, atrai o mal sobre si. Em Sb 1, 12, lemos: “Não procureis com ardor a morte, com os extravios de vossa vida não sejais o



próprio artífice de vossa perda”. “Extravio” traduz o termo grego “amartia”, que significa “erro”, “engano”. Assim, tem esse sentido, ao mesmo tempo, pecado e erro, porque o ser humano se equivoca na maneira de usar as coisas que em si são boas. Essa é a origem tanto dos males da vida como da própria morte.

Uma outra concepção importante do livro da Sabedoria é sobre a Justiça de Deus. Com essa nova concepção, reacende-se a necessidade de colocar-se nas mãos de Deus e confiar (ter FÉ) na Justiça Divina, que é eterna (Sb 1, 15).

Os ímpios agem como se não existisse a Justiça Eterna. Em vez de fazerem pacto com o Deus da Vida, fazem pacto com a morte. Estruturam sua vida em torno dela. O pacto com a morte é fundamental: se a morte ganha, eles ganham; se a morte perde para a Justiça Divina, eles perdem tudo. “Dizem entre si em seus ardis: A nossa vida é breve e penosa... Vinde, portanto! Aproveitemos as boas coisas que existem...” (Sb 1, 1-11). Eles oprimem os justos, porque vêem-se ameaçados: os justos opõem à concepção de vida dos ímpios outra concepção e sobretudo outro projeto, o da esperança. Tal atitude traduz-se numa crítica para os ímpios. Tal crítica velada atrai sobre os justos toda a opressão dos ímpios, pois é fatal o desejo de autojustificação.

Os justos, tal como Jó, colocam-se nas mãos da Transcendência de Deus, numa confiança inabalável na Justiça Eterna. Conduzem o pensamento para o além, buscando superar o absurdo da contingência humana. A existência dos justos parte da concepção de que “a justiça é imortal” (Sb 1, 15).

Esperar a justiça na imortalidade é a grande descoberta da religião nesta quarta etapa do Antigo Testamento.

Essa novidade parte do princípio de que Deus faz justiça além do prazo da existência humana (Sb 3, 1-5):

“As almas dos justos estão nas mãos de Deus e nenhum tormento os tocará. Aparentemente eles estão mortos aos olhos dos insensatos: seu desenlace é julgado como uma desgraça e sua morte como uma destruição, quando na verdade estão na paz! Se eles, aos olhos das pessoas, suportarem uma correção, a esperança deles era portadora de imortalidade e por terem sofrido um pouco, receberão grandes bens”

O mal presente é, por conseguinte, uma prova na qual aparecem, com todo o seu vigor, a esperança da imortalidade, que é própria da vida do justo. Haverá um juízo por parte de Deus, no qual a Justiça, tanto tempo esperada, finalmente se realizará (Sb 5, 1-5). Nesse juízo, o castigo do ímpio é justamente o erro de sua aposta (Sb 5, 6ss):

“Portanto nós nos desgarramos para longe da verdade; a luz da justiça não brilhou para nós, o sol não se levantou sobre nós! Nós nos manchamos nas sendas da iniquidade e da perdição... O que ganhamos com o nosso orgulho e que nos trouxe a riqueza unida à arrogância?... não podemos mostrar nenhum traço de virtude: foi no mal que nossa vida se consumou!”.

No juízo obtêm exatamente aquilo que quiseram obter, isto é, o vazio absoluto de tudo quanto a morte lhes arrebatou. O erro está em que poderiam ter continuado esta vida para além da morte e teriam podido acumular para essa existência os bens dos quais se vêem agora despojados: seguiram a lógica estrita de buscar a morte, e a morte veio ao encontro deles destruindo absolutamente tudo o que haviam adquirido e de que haviam gozado. Ao contrário, o prêmio do justo é a vida com Deus e com seus santos.

II) O DEUS DA NOVA ALIANÇA

O Deus do Novo Testamento é fundamentalmente o Deus de Jesus de Nazaré, o Cristo.

Jesus era judeu. Sua religião, o Judaísmo.

No meio do seu povo, dentro de sua cultura religiosa, Jesus de Nazaré anunciou a Boa Notícia (Boa-Nova = do grego, Evangelho) de que “o Reino de

Deus está próximo” (Mc 1, 15), tão próximo que se pode constatar os seus sinais visíveis e palpáveis no meio do povo.

Dentro dessa perspectiva da irrupção do Reino de Deus na história, a imagem de um Deus próximo (que se pode encontrar no cotidiano da vida e na intimidade de um lar, no qual se pode confiar como a um pai e ou a uma mãe) está em perfeita sintonia com toda a pregação da Boa-Nova.

1. Deus Pai de amor e misericórdia.

Jesus fez, de fato, no transcurso de sua vida e em toda a sua missão, a experiência de Deus com tais características, a quem chamou de *ABBA*. Tal expressão (“meu pai”, “papai”) era conhecida e empregada, até então, para designar o pai terreno no contexto familiar e, fora dele, como fórmula de cortesia ao dirigir-se a qualquer pessoa de respeito. *Abba*, enquanto termo “profano” (que se refere à figura do pai no seio familiar), faz alusão principalmente à autoridade paterna, na cultura do tempo de Jesus. Schillebeeckx³, nessa linha, ressalta que:

- o pai tem autoridade (“exousia”, em grego) e os filhos lhe devem afeto e obediência. O pai é a autoridade e o mestre. Ser filho significa “pertencer a”, e essa filiação se demonstra cumprindo a vontade do pai. Assim, o filho recebe tudo do pai. Não cumprir a vontade paterna equivale a menosprezar a Torá (a Lei Judaica); há, portanto, um nexa entre a obediência ao pai e a obediência a Deus (Eclo 3, 2.6; 7, 27; Prov 1, 7.8);
- o pai, no exercício de sua autoridade, envia o filho em “missões”, tarefas que este deve executar com toda presteza, “em nome do pai”;
- o pai cuida, protege e aconselha os seus na família. Na literatura sapiencial, realça-se a “instrução” do filho pelo pai (Prov 1, 8; 6, 20; 10, 1). O filho aceita “os conselhos do pai” (Prov 2, 1; 3, 1; 4, 1; 5, 1; 7, 1). “Escuta, filhos, a correção paterna... os ensinamentos da boa doutrina, não abandones minhas instruções” (Prov 4, 1-2).

Daí porque o termo “pai” também se aplique aos mestres e sacerdotes de Israel;

- ele é o centro da célula familiar, tudo gira em torno dele e, por meio dele, forma-se uma comunidade. No judaísmo não se discute a autoridade do pai. Os filhos devem ser “a alegria do pai” (Prov 15, 20; 23, 22.25);
- tudo o que pertence ao pai pertence também ao filho e, por outro lado (isso se reflete nas expressões “o meu é teu”, “o teu é meu”, presentes na parábola do amor do pai (Lc 15, 11-32);
- no quarto mandamento do Decálogo, interprete-se também como obrigação de seguir os conselhos paternos. A relação do filho com o pai estava fixada pela Lei. O respeito devido ao pai não acaba com a maior idade (treze anos), mas seguia vigente até a morte, e inclusive depois, já que, durante um ano após a morte do pai, o filho devia oferecer sacrifícios por ele.

O uso peculiar do apelativo *abba* para dirigir-se a Deus é típico de Jesus, como é atestado pelos escritos cristãos. Nos textos evangélicos, ocorrem cerca de 21 orações em cujo contexto Jesus invoca Deus “Pai”. Mesmo eliminando os textos paralelos (em que um evangelista se baseia no texto de outro), restam 16 exemplos de oração onde o apelativo *abba* é empregado por Jesus para dirigir-se a Deus. Pode-se, portanto, aceitar, com alto grau de probabilidade, que um traço característico das orações de Jesus não é só a invocação de Deus Pai, mas o apelativo religioso excepcional de “*abba*” dado a Deus. Mediante a invocação de Deus como “*abba*”, Jesus exprime não só a sua confiança filial nas relações com Deus (fé, do grego *pístis*, significa confiança) mas também a sua plena e pronta adesão ao Pai, a ponto de enfrentar com liberdade até a perspectiva do fim violento (a adesão se concretiza nas ações cotidianas coerentes com a fé). De fato, Mc 14, 36 (a oração no Getsêmani) traz a forma aramaica “*abba*” e a sua tradução grega “ho patêr”, à qual corresponde “*parter mou*”, “meu pai” de Mt 26, 39, e o simples vocativo “*pater*” de Lc 22, 42.

4



2. As conseqüências dessa experiência de Deus na prática de Jesus.

Além de expressar a incomparável relação de intimidade entre Jesus e o Pai Eterno de Amor e Misericórdia, a imagem do Deus Abba tem conseqüências diretas na prática de Jesus:

1. está explícita na concepção de que o Reino de Deus é dado aos pobres e excluídos. Abba é um Deus que ama de forma gratuita e benigna a todas as pessoas, inclusive e sobretudo, às desvalorizadas e menosprezadas. Nessa perspectiva, estaria o louvor profundo, que lemos em Mt 11, 25-26 (cf. Lc 10, 21): “Eu te louvo, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas coisas aos sábios e doutores e as revelaste aos pequeninos”. Importante lembrar que o grupo de discípulos e discipulas de Jesus é formado de pessoas desse meio popular;

2. está implícita na formação que Jesus dá aos seus discípulos e discipulas, com a autoridade de quem vive o que fala.

Nessa formação, propõe-lhes um estilo de amor universal e desinteressado, que abrange concretamente as pessoas de fora do nosso grupo (representadas pela figura dos “estrangeiros”), e até aquelas que, de algum modo, nos magoaram e com as quais naturalmente tendemos a nos esquivar e manter distância (os “inimigos”). Constatamos isso, com todas as letras, em Mt 5, 44-45 (cf. Lc 6, 35): “Amai os vossos inimigos e rezai por vossos perseguidores, porque sois filhos do vosso Pai Celeste, que faz nascer o seu sol sobre maus e bons e faz chover sobre justos e injustos”.

Parábolas como a do “pai misericordioso” (Lc 15, 11-24) não só expressam as características de um Abba compreensivo e pleno de compaixão, como apontam para o seu exemplo de perfeição que deve ser seguido. “Portanto, deveis ser perfeitos como o vosso Pai Celeste é perfeito” (Mc 5, 48; cf. Lc 19, 2);

3. está presente na opção por uma vida desprendida e itinerante que torna os discípulos e discipulas

livres das preocupações obsessivas quanto à comida, à bebida e ao vestuário. Deus Abba, que cuida dos pássaros do céu e reveste de cores esplêndidas as flores do campo, sabe que os discípulos precisam das coisas indispensáveis à vida, quando se consagram à busca prioritária do Reino de Deus: “O vosso Pai Celeste sabe que tendes necessidade de todas estas coisas” (cf. Mt 6, 32);

4. está na autocompreensão que Jesus vai fazendo de si mesmo, em sua prática missionária. Seu relacionamento com Deus Abba o leva a afirmar: “Tudo me foi entregue por meu Pai, e ninguém conhece o Pai, senão o Filho e aquele a quem o Filho o quiser revelar” (Mt 11, 27; cf. Lc 10, 22). Mesmo que tal expressão tenha sido reelaborada e reformulada sob o impulso da fé cristã que proclamou, depois da Páscoa da ressurreição, Jesus Filho de Deus, único mediador e salvador, pode-se admitir que as raízes da nova imagem de Deus devem procurar-se nas tomadas de posição, atos e palavras com que Jesus, referindo-se a Deus Abba, justifica sua missão histórica.⁵ Tal intimidade com Deus, no cotidiano de sua prática missionária, foi-lhe dando consciência de sua filiação divina;

5. a nova imagem de Deus como Abba não só está intimamente ligada ao projeto de Jesus simbolizado pela aproximação do Reino de Deus, como trouxe conseqüências que redundaram no desfecho trágico da sua missão histórica.

Tal novidade fez Jesus entrar num conflito cujo êxito final seria a sua condenação à morte violenta: a tentativa de fazer descobrir a nova relação com Deus, que se tornou familiar do ser humano como ‘paizinho’, poria Jesus numa rota de choque inevitável com os defensores das instituições legais e religiosas da sua cultura local.⁶

De fato, o apelativo *abba*, usado para com Deus, transfere a idéia de Deus do âmbito do templo para o da família. Tirando Deus do âmbito do sacro, muda o caráter do culto, eliminam-se os templos (cf. Jo 4, 21: “vem a hora em que nem neste monte nem em Jerusalém adorareis o Pai”) e muda o culto ritual a Deus pelo culto ao Pai em espírito e

lealdade (Jo 4, 23-24: “vem a hora – e é agora – em que os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em espírito e verdade, pois tais são os adoradores que o Pai procura”).⁷ Isso deve ter posto em polvorosa os defensores da religião legalista daquele tempo. Tais defensores, sentindo-se ameaçados em suas instituições que lhes davam sustentáculo, tramam a morte de Jesus.

3. O Deus dos cristãos.

O Deus dos cristãos e cristãs, fundamentalmente, é o Deus de Jesus de Nazaré, o Cristo. De fato, a experiência cristã de Deus se dá na dinâmica da vida, na caminhada do seguimento de Jesus. Na concepção cristã atual, podemos levantar quatro elementos cujas características são, ao mesmo tempo, continuação e ruptura do que está contemplado nas etapas pré-cristãs da descoberta de Deus.⁸ Assim vejamos.

1. Deus, o Absoluto, é Amor.

Esse absoluto é percebido, descoberto em nosso mundo histórico.

Por sua encarnação, Deus se uniu a todo ser humano: trabalhou com mãos humanas, pensou com inteligência humana, agiu com vontade humana, amou com coração humano (GS “Constituição Pastoral Gaudium et Spes”, nº. 22). Por isso “o Verbo de Deus, por Quem todas as coisas foram feitas e que se encarnou e habitou na terra dos humanos, entrou como homem perfeito na história do mundo, assumindo-a em Si mesmo e em Si recapitulando todas as coisas. Ele nos revela que Deus é amor” (1Jo 4, 8).

2. Somos colaboradores do Plano de Deus.

Nessa colaboração, participamos de um grande desígnio histórico. “A fé esclarece todas as coisas com luz nova. Manifesta o plano divino sobre a vocação integral do ser humano. E por isso orienta a mente para soluções plenamente humanas” (GS 11).

3. O Plano de Deus é universal.

O Plano é tão universal como o próprio Deus. “A Igreja, ‘assembléia visível e comunidade espiritual’, caminha juntamente com a humanidade inteira. Experimenta com o mundo a mesma sorte terrena; é como que o fermento e a alma da sociedade...” (GS 40).

4. A adesão ao Plano de Deus é fruto da liberdade humana.

A liberdade do ser humano não consiste, pois, em estar à prova diante de uma lei, mas que se converta verdadeiramente em seres humanos novos e criadores de uma nova humanidade, com o auxílio necessário da graça divina” (GS 30).

Permanecerão o amor e sua obra... Depois que propagarmos na terra, no Espírito do Senhor e por Sua ordem, os valores da dignidade humana da comunidade fraterna e da liberdade, todos estes bons frutos da natureza e do nosso trabalho, nós os encontraremos novamente.... quando Cristo entregar ao Pai o reino eterno e universal (GS 39).

CONCLUSÃO

Ao terminar este breve estudo, fica a constatação de que Jesus e a Igreja primitiva não começaram do zero. Levaram em conta as principais intuições teológicas do Povo de Israel ao longo de 1300 anos.

Contudo, foi necessário dar passos adiante e ultrapassar a etapa do ritualismo, tanto judeu como pagão (cf. Mc 7, 19; 2, 27; Mt 9, 13; 12, 1-7; At 10, 9-16). Foi necessário ultrapassar a estreiteza do grupo que se sabia novo povo escolhido (cf. Lc 9, 55; Jo 9, 2; Mt 5, 45; At 10, 40-48; 11, 11-18; Rm 3, 21-26; Cl 1, 15-20). Foi necessário adquirir essa universalidade, evitando o perigo de uma religião desencarnada e individualista. E foi finalmente necessário superar o legalismo para convertê-lo em moral do homem criador (cf. Mc 7,15-23; Mt 25, 31-46; Jo 13, 34; 15, 12-17; Gl 3, 5; 1Cor 3, 10-15). É necessário, pois, uma pastoral que leve em conta de maneira evolutiva e criadora as diferentes situ-



ações religiosas e, por conseguinte, as diferentes necessidades dos que hoje, como ontem, peregrinam em direção ao Deus Vivo.

BIBLIOGRAFIA

FABRIS, Rinaldo. *Jesus de Nazaré história e interpretação*. São Paulo: Loyola, 1988. p.160-162.

GNILKA, J. *El evangelio segun San Marcos*. Salamanca: Sigueme, 1993. v. 2, p. 305.

MATEOS, Juan, BARRETO, Juan. *Vocabulário teológico do evangelho de João*. São Paulo: Paulinas, 1989. p. 222.

SCHILLEBEECKX, Edward. *Jesus – la historia de um viviente*. Madrid: Cristiandad, 1981. p. 238-239.

SEGUNDO, Juan Luis, SANCHIS, J. P. *Etapas pré cristãs da descoberta de Deus*. Uma chave para análise do cristianismo (latino americano). Petrópolis: Vozes, 1968.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:
Rua Emiliano Braga, 868, Conj. Portinari,
Apto. 404, Bloco C - Bairro: Brasilit
CEP 50.740-120 - Recife - PE.
Fone: (81) 453-7621

NOTAS

¹ João Luiz é Professor-adjunto do Departamento de Teologia, da Universidade Católica de Pernambuco, Doutor em Teologia pela PUC-Rio.

² Para tanto, estamos baseando-nos num sugestivo livro publicado há 30 anos, com edição esgotada. SEGUNDO, Juan Luis; SANCHES, J. P. *Etapas pré-cristãs da descoberta de Deus*: uma chave para análise do cristianismo. Petrópolis: Vozes, 1968.

³ SCHILLEBEECKX, Edward. *Jesus – la historia de um viviente*. Madrid: Cristiandad, 1981. p. 238-239.

⁴ FABRIS, Rinaldo. *Jesus de Nazaré: história e interpretação*. São Paulo: Loyola, 1988. p. 160.

⁵ *Ibid.*, p. 161-162.

⁶ *Ibid.*, p. 162.

⁷ MATEOS, Juan, BARRETO, Juan. *Vocabulário teológico do evangelho de João*. São Paulo: Paulinas, 1989. p. 222.

⁸ SEGUNDO, *op. cit.*, p. 115-118.